Observatório
Ambiental e Territorial do Sul do Amazonas

Ocupação ilegal, desmatamento e degradação florestal no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Antimary, Boca do Acre-AM

Ailton Dias
Josinaldo Aleixo
Andre Segura Tomasi
Pablo Galeão
Cosme Capistrano (Colaborador)

Agosto 2015

Foto: Leonardo Konrath/ICMBio

Observatório Ambiental e Territorial do Sul do Amazonas

O Observatório Ambiental e Territorial do Sul do Amazonas é fruto da articulação entre a Sociedade Civil Organizada, Movimentos Sociais e Instituições Governamentais das municipalidades do sul do Amazonas, região que comporta os municípios de Boca do Acre, Pauini, Canutama, Lábrea, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Apuí.

A criação do Observatório é uma ação que visa à convergência de informações, dados espaciais, dados multi-temporais e indicadores sobre o processo de ocupação, uso da terra e ordenamento territorial do sul do estado do Amazonas. Consiste em um Banco de Dados Espacial socializado entre diversos atores e procura alicerçar ações de controle, monitoramento, planejamento e gestão territorial que transitam nos âmbitos municipal, estadual e federal.

O Observatório comporta também um viés de capacitação e formação de atores locais dos municípios onde atua, contribuindo para a disseminação de técnicas de geoprocessamento e teledetecção. Com isso pretende-se colaborar para o empoderamento de órgãos e instituições governamentais (secretarias municipais e universidades) e sociedade civil organizada (associações, cooperativas, entidades de classe, ONGs etc.)

Visando dar celeridade e eficácia ao processo de detecção e responsabilização por violação de direitos e por crimes ambientais e gerar providências urgentes e cabíveis, o Observatório procura encaminhar às instâncias governamentais competentes documentos técnicos e informativos que retratem e evidenciem fenômenos espaciais relacionados às práticas do desmatamento, degradação florestal, danos ambientais e conflitos territoriais.

Esta iniciativa, de socialização de informações para a tomada de decisões, pauta-se numa proposta de Gestão Territorial Compartilhada. A cooperação técnica é assumida como elemento central para reforçar a governança e o ordenamento territorial local e regional.

Este primeiro número do Observatório analisa a dinâmica social e ambiental do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Antimary, uma unidade territorial sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O PAE Antimary está localizado na divisa entre os Estado do Acre e do Amazonas, município de Boca do Acre-AM.

Informações Gerais Sobre o Conflito Ambiental e/ou Territorial

Unidade Territorial Analisada:	**Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Antimary**
Categoria das Unidades Territoriais Envolvidas:	☐ Terra Indígena ☑ Unidade de Conservação Federal (Resex, Flona, Parna, Rebio, Esec) ☐ Unidade de Conservação Estadual ☑ Projeto de Assentamento (PA, PAE, PDS, PAF) ☐ Gleba Federal ☐ Gleba Estadual ☐ Terras Públicas não Destinadas: Terras Devolutas não Arrecadadas pela União
Tipologia da Violação- Ilegalidade Ambiental-Territorial Detectada:	☑ Desmatamento (corte raso) ☑ Degradação Florestal ☑ Via de Penetração ☑ Conflito por Recurso Natural ☐ Trabalho Escravo ☑ Desafetação de Unidade Territorial (PAE, UC, TI) ☐ Grilagem de terras públicas
Localização	O PAE Antimary localiza-se na porção sudeste do estado do Amazonas, sul do município de Boca do Acre, fazendo limite com o município de Sena Madureira, estado do Acre. Tem acesso fluvial pelo rio Antimary, afluente da margem esquerda do rio Acre, este por sua vez afluente da margem direita do rio Purus. O acesso por via terrestre se dá pela rodovia AC 020, com entrada pela chamada "Vila do V", estado do Acre. O PAE comporta, basicamente o interflúvio Purus/ Antimary em sua porção amazonense.
Unidades Territoriais Limítrofes	No Amazonas: TI Igarapé Capana, Resex Arapixi e TI Boca do Acre No Acre: PDS Wilson Lopes, Floresta Estadual do Antimary e PA Tocantins
Data de detecção da Violação pelo OAT-SULAm	Junho de 2015
Breve Qualificação do Conflito	Vetores de pressão do desmatamento, ligados principalmente à expansão da fronteira pecuária, oriundos do limite sul do projeto de assentamento, especificamente do município de Sena Madureira/ Acre, deterioram a integridade territorial do PAE Antimary. O Incra, como unidade gestora, vem sendo pressionado por pecuaristas para desafetar parte da porção sul do PAE Antimary por parte dos mesmos pecuaristas vindos do Acre, responsáveis pela degradação da área.

Aspectos Metodológicos

A produção deste estudo envolveu três etapas metodológicas complementares. A primeira etapa consistiu no levantamento de informações qualificadas junto aos atores sociais de base envolvidos na temática de conflitos agrários/ territoriais no município de Boca do Acre. Os principais conflitos fundiários no PAE foram levantados durante oficinas de cartografia participativa, realizadas em Boca do Acre entre 2013 e 2014 e que envolveram lideranças locais e representantes da Comissão Pastoral da Terra, do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Nestes momentos ficou evidente a crítica situação vivida pelos assentados do PAE Antimary.

Em segunda etapa foram realizadas incursões a campo para qualificar os processos de ocupação e uso dos recursos florestais não madeireiros do PAE. Foram utilizados equipamentos de GPSs, sistematizando a presença de casas, fazendas, ramais, conflitos e recursos. Os dados foram tomados por uma equipe constituída por membros da CPT, STTR e CNS. Esta equipe percorreu os limites do PAE com o Rio Purus, visitando cada casa de morador em área de várzea. Uma segunda incursão liderada pela CPT percorreu os limites do PAE com o Rio Antimary e em seguida levantou as moradias de extrativistas tanto nas áreas de várzea quanto na região do Seringal Redenção, um dos locais onde ocorrem os conflitos e disputas pela posse da terra.

A terceira etapa consistiu na análise remota da situação do PAE utilizando tecnologias de geoprocessamento. A partir dos dados de campo foi realizada uma análise da situação do PAE utilizado imagens GeoEye-1, um satélite de observação da terra de alta resolução. Com essa tecnologia foi possível visualizar desmates, ramais de penetração, pastos, currais e açudes. Todas essas informações foram sistematizadas e incorporadas ao Banco de Dados Espacial do Observatório.

Para compreender melhor os processos de degradação e desmatamento utilizamos as informações oficiais produzidas pelo Programa Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Essas informações são capazes de mapear uma área mínima de 6,25 hectares de corte raso.

É sabido que os processos de degradação florestal vão muito além do corte raso, havendo extração predatória não detectável pelo Prodes em diversos locais, como ao longo dos igarapés e dos ramais de penetração. Para podermos aprofundar o entendimento sobre os processos de desmatamento da região era preciso uma tecnologia que fosse capaz de identificar diferentes graus de degradação ambiental e servisse de ferramenta de diálogo com as instituições estatais. Mapear e registrar os ramais de penetração para o desmatamento predatório e as áreas em início de processo de corte raso, é o primeiro passo para a responsabilização pelos crimes ambientais.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), desenvolveu um índice chamado NDFI, “Normalized Difference Fraction Index” ou, em português, “Índice Normalizado de Diferença de Fração” (Souza Jr. et al, 2005). Resumidamente, o NDFI pretende identificar elementos diferentes da paisagem de acordo com variações na sua luminosidade, por exemplo o solo, a água, nuvens e sombras, diferenciando alterações naturais da paisagem das áreas degradadas pela ação humana, como pastos, queimadas e áreas de exploração madeireira. O objetivo inicial no uso do NDFI era verificar áreas de extração madeireira de uso sustentável que pudessem estar degradando mais que o permitido.

Informações sobre a geração de imagens NDFI no PAE Antimary:

Satélite	LandSat 8
Ponto/ Órbita	2/66
Sensor/ Banda	OLI/ Bandas 1 a 10
Resolução espacial	30 metros
Data de Passagem do Satélite	19/08/2014
Método de produção de dados sobre desmatamento	NDFI (Normalized Difference Fraction Index)
Data de Confecção do Mapa	Julho de 2015
Area do PAE Antimary	2.602,27 km²
Área Afetada segundo Metodologia PRODES	138,7 km²
Área Afetada segundo metodologia NDFI	172.6 km²
Ramais de Penetração	243 km
Coordenada Geográfica do Centroide da Área Afetada (Datum Sirgas 2000)	67°58'26.40"W 7°37'41.74"S

No caso de áreas de exploração madeireira ilegal e pecuária extensiva, é possível observar o sucesso da aplicação da técnica NDFI na identificação de áreas de corte raso em surgimento e áreas de maior risco de desmate. Também é possível avaliar os diversos tipos de ocupação em relação ao uso proveniente do desmate. Assim verificamos, por exemplo, que o desmate feito por pecuaristas tem características diferentes daquele produzido por assentados agroextrativistas. Também as tipologias e características visuais do corte seletivo ilegal de madeira difere da maneira pela qual populações extrativistas perpetuam o seu modo de ocupação e apropriação da natureza.

Por fim, todos esses dados são cruzados com os dados fundiários do Banco de Dados Espacial, tornando possível compreender melhor como essa dinâmica de ocupação do PAE Antimary interage com as Unidades Territoriais vizinhas, com as ações do Programa Terra Legal, com fazendeiros do entorno, com as cidades, com as rodovias e hidrovias etc. Em razão da extensão do PAE (2.602,27 km²) o território foi analisado em três partes (oeste, central e nordeste) com a produção de mapas de ocupação e degradação florestal para cada uma delas.

Contextualização

O PAE Antimary é uma das áreas mais conflituosas de Boca do Acre, segundo atesta o movimento social do município. As partes em conflito são principalmente:

1. Ocupantes irregulares, composta principalmente por grandes e médios pecuaristas vindos do estado do Acre e que desmatam áreas do PAE para formarem seus pastos;
2. Comunidades tradicionais agroextrativistas com perfil de beneficiários da reforma agrária.

Cada vez mais os pecuaristas vêm ocupando o assentamento, que progressivamente perde seu vínculo com a Reforma Agrária e com sua função social e se torna uma área de concentração fundiária, desmatamento ilegal, pecuária extensiva e expulsão compulsória de famílias ligadas ao extrativismo e agricultura familiar.

Um mecanismo muito utilizado nesse processo de ocupação ilegal é a compra de benfeitorias de mais de uma família assentada por um mesmo pecuarista gerando a concentração da terra, efeito contrário do que pretende a política de reforma agrária. Frequentemente são empregados métodos violentos para coagir as famílias e forçar a venda ilegal das terras. Após a compra seguem-se a derrubada e queima de grandes porções de terra e a implantação de pastagens consolidando assim grandes fazendas particulares no interior do PAE.

A abertura de fazendas acaba por impactar negativamente uma das principais atividades econômicas praticadas pelas comunidades tradicionais do PAE: a coleta da castanha. A derrubada e queima dos castanhais é motivo de tensão na área e força o abandono do PAE pelos seus primeiros beneficiários devido à inviabilidade econômica de permanecer nas áreas desmatadas e violência latente. A situação de tensão na área do PAE é agravada pela atuação da polícia militar, que já fez ameaças e coagiu à população ocupante à mando dos pecuaristas. Esta questão já foi inclusive denunciada à Ouvidoria Agrária Nacional (OAN).

O histórico da criação do PAE Antimary evidencia o processo de ocupação e apropriação ilegal de terras públicas que a criação do assentamento deveria coibir. Em 1978, um particular de nome José Teixeira Góes pediu a regularização da área junto ao Incra, alegando seu direito de propriedade sobre uma extensa porção de terra na margem esquerda do Rio Antimary.

Em 28 de Julho de 1988, a suposta área de pretensão deste particular, que contabilizava 9.000 ha, foi arrecadada pelo Incra e incorporada ao território do atual PAE Antimary, conforme atesta o decreto de criação do Assentamento, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 julho de 1988.

Segundo informações levantadas junto ao movimento social de Boca do Acre, antes da ratificação do decreto lei de criação do projeto, houve a chamada publica para verificar se havia algum proprietário com documentos que atestassem a posse de áreas nos limites do PAE a ser criado. O prazo dado pela Defensoria Geral da União (DGU) expirou. Após a criação oficial do PAE um advogado de nome Dauro Resende manifestou a pretensão pela área alegando tê-la adquirido por meio de um atestado verbal de compra feito com o Sr. José Teixeira Góes.

Atualmente existe uma sentença de reintegração de posse a partir de uma ação movida pelo Sr. Dauro Resende, que se diz o atual "proprietário" da área. Simultaneamente vem ocorrendo o comercio de terras e benfeitorias envolvendo outros compradores, alguns dos quais são considerados pelas comunidades locais como "laranjas".

Segundo dados do Incra (2015), o PAE Antimary encontra-se em fase de "Estruturação", o que significa dizer que já passou pelas fases iniciais de "Criação" e "Implantação". Por assim se enquadrar, poderíamos concluir que estariam concluídas as seguintes ações:

1. Instalação das famílias;
2. Liberação dos primeiros créditos;
3. Construção de casas;
4. Abertura de estradas,
5. Instalação de rede de energia elétrica,
6. Liberação de créditos produtivos e
7. Assistência técnica.

Entretanto, o que se observa in loco é o total desamparo e desassistência do Estado em relação às famílias assentadas e à unidade territorial como um todo.

O PAE Antimary possui capacidade para 1118 famílias, muito embora a relação de beneficiários ateste 389 famílias residindo no assentamento extrativista (Incra, 2015 op. cit.). Segundo o trabalho de campo realizado pela CPT em 2015, estima-se em torno de 157 o número de famílias que de fato ocupam o Projeto de Assentamento Extrativista Antimary.

No ano de 2012 um total de 80 famílias foram notificadas para saírem do projeto de assentamento por terem entrado de forma desordenada e sem passar pelo cadastro do Incra. A irregularidade principal residiu no fato de muitas famílias terem comprado terras de particulares sem saber que estavam dentro de um Assentamento do Incra, por meio de práticas escusas de criação de "loteamentos clandestinos". Destas 157 famílias totais, cerca de 35 são realmente assentadas e estão elencadas na relação de beneficiários do assentamento.

Várias das frentes de penetração e desmatamento no interior do PAE ocorrem a partir do limite com o Estado do Acre, uma região onde a ausência do Estado é quase absoluta. Por meio da abertura de ramais, o desmatamento ao interior do PAE já se aproxima dos castanhais de uso tradicional das comunidades da Resex Arapixi, existindo a possibilidade de conflito armado entre pecuaristas e castanheiros. Devido a um erro no processo de demarcação da Resex e do PAE os castanhais em questão ficaram dentro do PAE, embora sejam área de uso tradicional dos extrativistas da Resex. Esta questão já foi documentada e notificada aos órgãos competentes (Incra e ICMBio) mas ainda não foi redimida. Esse conflito é conhecido como 'conflito dos castanhais'.

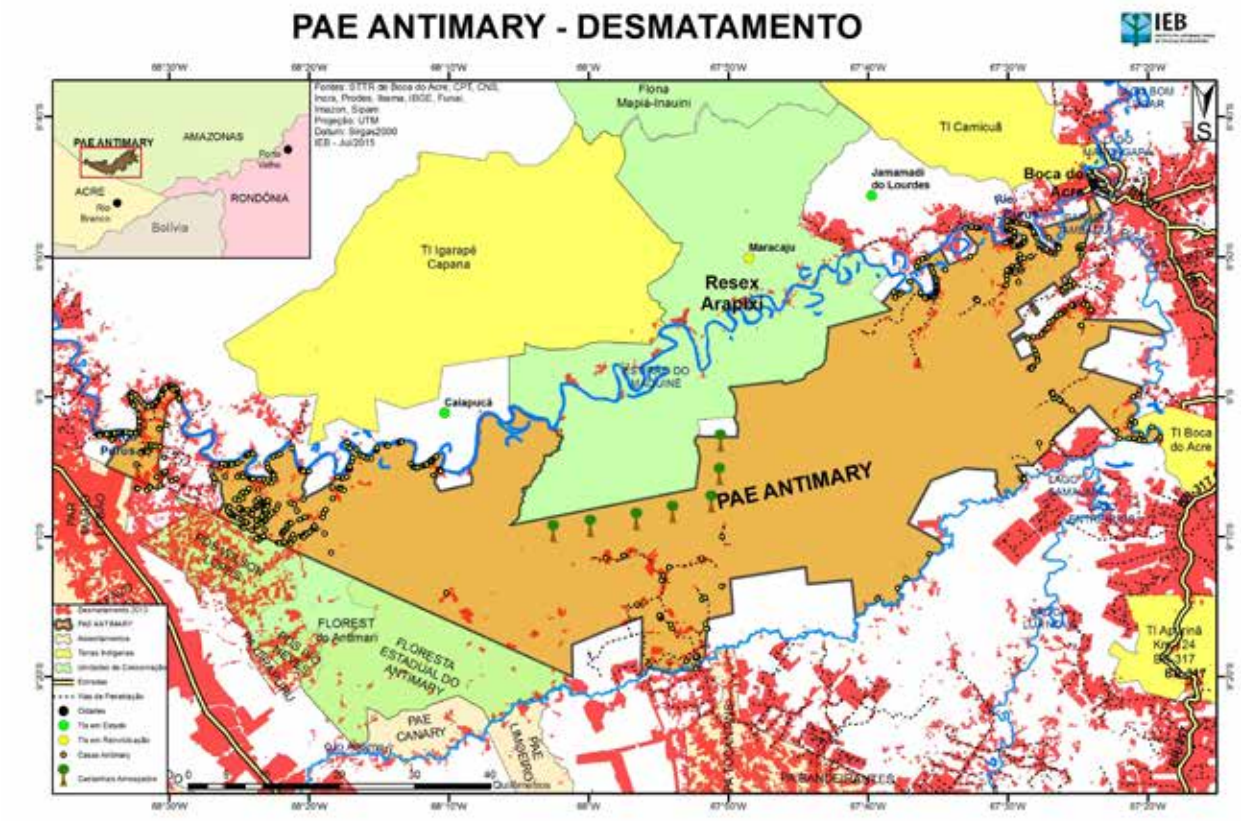
Análise Espacial

Cenário Regional

O município de Boca do Acre responde por uma parcela considerável do total de desmatamento que ocorre no Estado do Amazonas e entrou para a lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos municípios com maiores taxas de desmatamento da Amazônia. Por meio do Decreto nº 6.321/07 o MMA divulga anualmente uma portaria com a lista de municípios considerados prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento no Bioma Amazônia.

Considerando as análises realizadas pelo Prodes/INPE, que embasam a lista de municípios prioritários do MMA, notamos que entre os anos de 2001 a 2013, Boca do Acre respondeu em média por 15% da área total desmatada no Estado do Amazonas (Gráfico 1). O período de ápice do desmatamento tanto para o Amazonas quanto para o município de Boca do Acre se deu entre os anos de 2001 a 2004. O Estado registrou sua máxima de desmatamento no ano de 2003, com 1.558 km2, e Boca do Acre em 2004 com 275 km2. Para este mesmo período Boca do Acre respondeu em média por 20% do total desmatado no Amazonas, sendo que em 2001, esta proporção chegou a 40%. Percebe-se um declínio das taxas entre os anos de 2005 a 2009, e uma pequena tendência de aumento entre 2010 e 2013.

Quando comparamos o total desmatado no PAE Antimary em relação ao município de Boca do Acre, notamos que a tendência de ambas as curvas foi semelhante (Gráfico 2), tendo como ápice de desmatamento tanto para o PAE, quanto para o município, o ano de 2004, em que foram registrados respectivamente 21 km2 e 275km2 de áreas desmatadas. Nota-se ainda um período de declínio do desmatamento entre 2005 até 2010 para o PAE Antimary atingindo seu patamar anual mais baixo



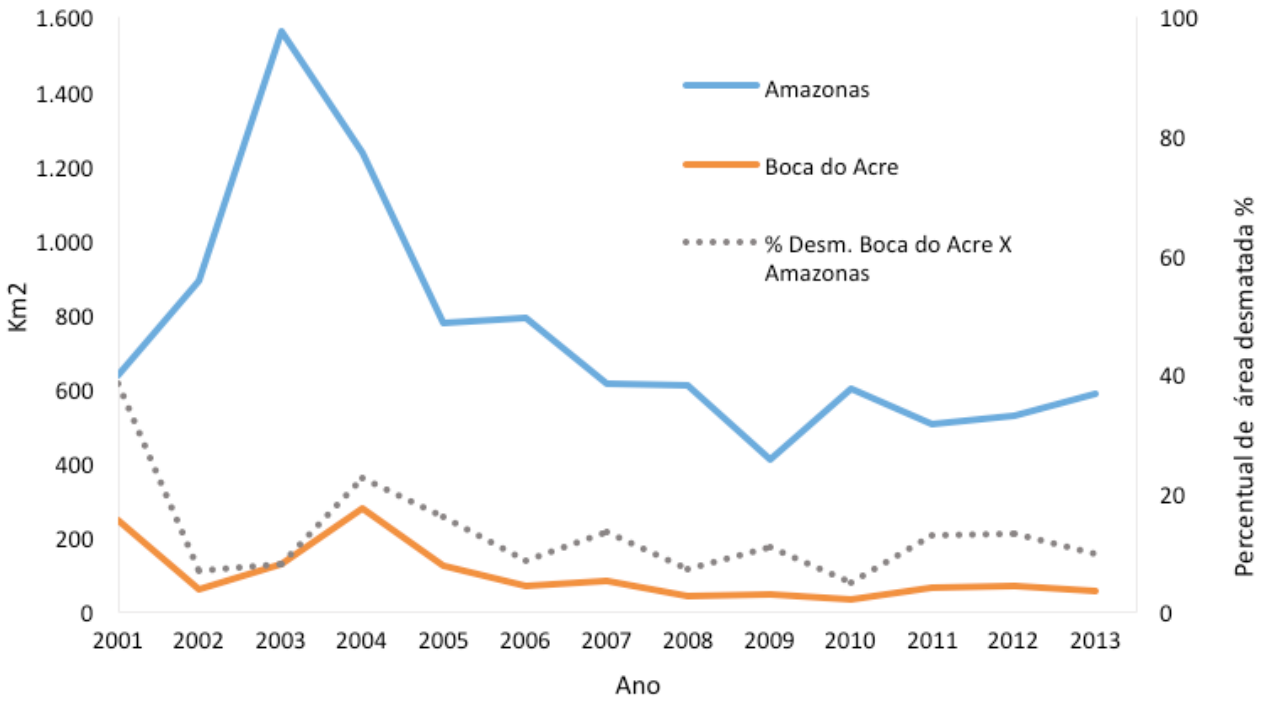


Gráfico 1 – Desmatamento para o Amazonas e Boca do Acre para o período de 2001 a 2013

para o período, em torno de 2 km². De 2010 até 2013 a curva ascende novamente chegando ao patamar máximo de aproximadamente 10 km2, segundo maior valor absoluto para o período em questão. Em média o PAE Antimary representou, entre 2001 a 2013, 8% do total desmatado de Boca do Acre. Entretanto notamos que para os últimos anos, entre 2009 e 2013 esta proporção chegou a quase 15%, demonstrando que o PAE Antimary vem se tornando cada vez mais representativo em relação ao total desmatado no município.

Em maio de 2015 o PAE Antimary assumiu a 10ª posição entre os assentamentos mais desmatados na Amazônia brasileira (Imazon, 2015), demonstrando seu alto grau de vulnerabilidade e baixa integridade territorial.

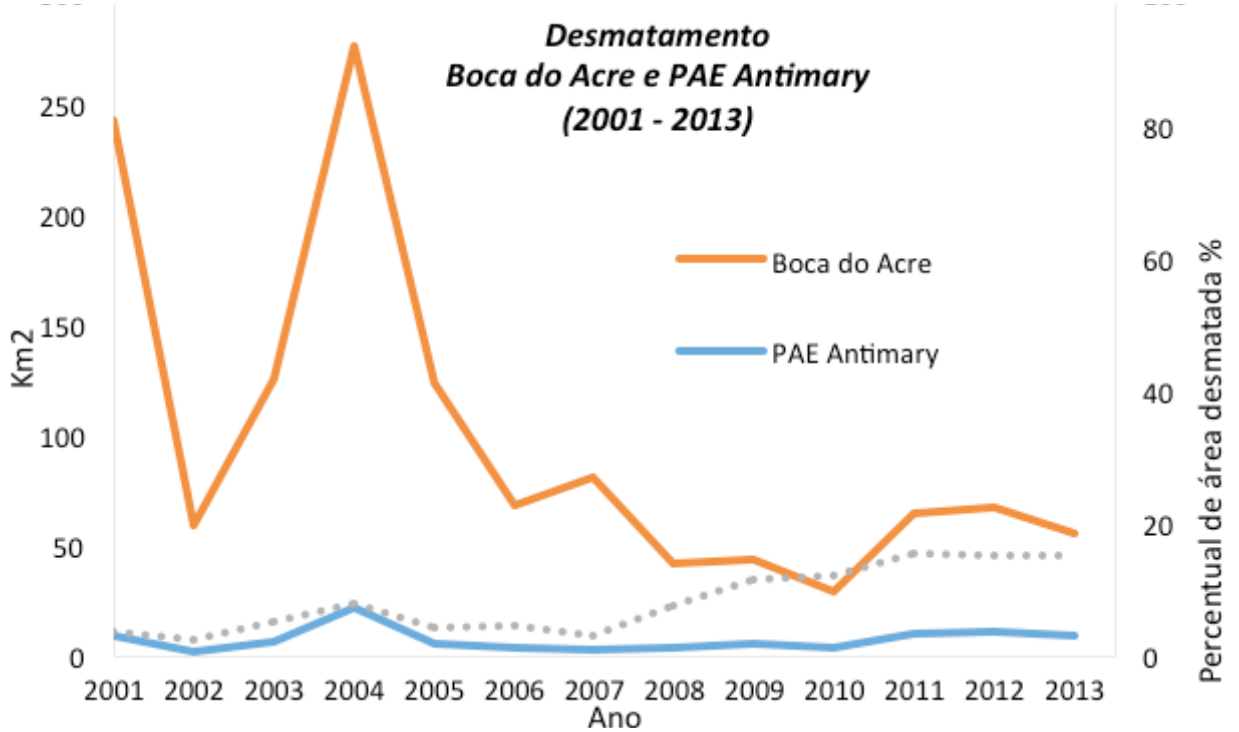
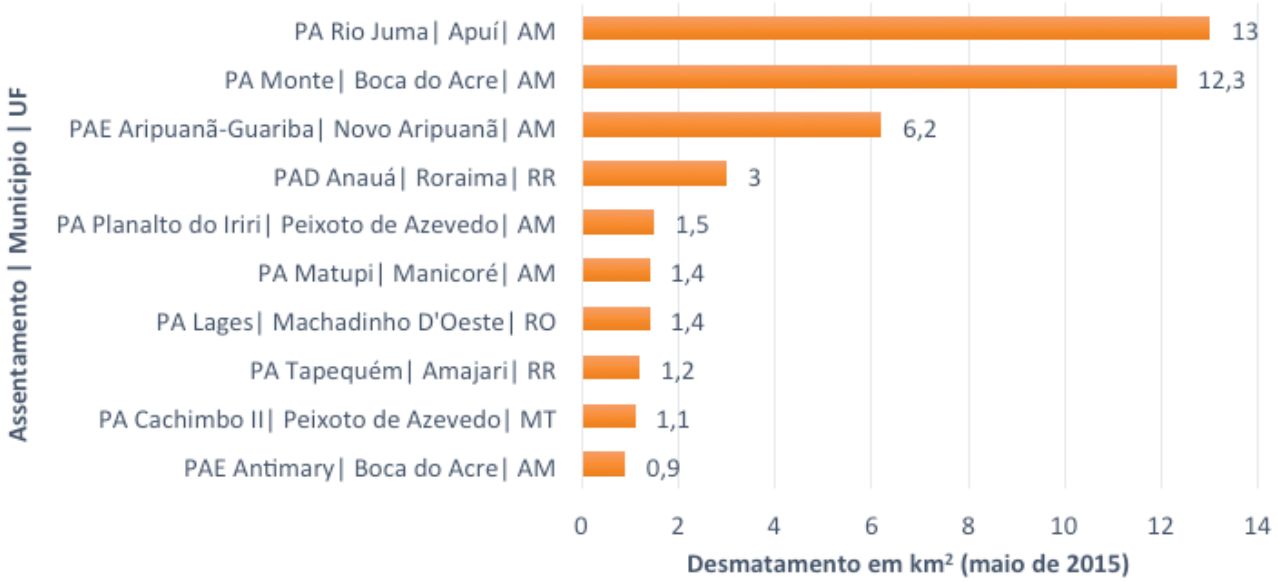


Gráfico 2 – Desmatamento para Boca do Acre e PAE Antimary para o período de 2001 a 2013

Cenário Local

O PAE Antimary acumulou até os dias de hoje, 138,7 km² de desmatamento, segundo o Prodes, e 172,6 km² segundo a metodologia NDFI. Isso representa 5,3% e 6,6% respectivamente da área total do PAE. Junto a isso temos mapeados 243 quilômetros de vias de penetração dentro do PAE Antimary, que incluem ramais de penetração, mas também o uso de igarapés e igapós para atingir o interior do assentamento. O uso de meios aquáticos para penetrar nas matas é observado principalmente nos igarapés próximos a cidade de Boca do Acre, onde as retiradas de madeira começam discretamente e vão se acentuando até virarem grandes manchas de desmatamento nas matas marginais.



De modo geral, podemos dizer que a contenção do desmatamento é urgente. Está claro o adensamento populacional acelerado em torno das manchas de desmatamento e das vias de penetração. O processo de derrubada das matas afeta diretamente o modo de vida das comunidades extrativistas, que tem parte ou toda sua renda baseada em recursos florestais, como a castanha, o açaí e a seringa, além de muitas outras espécies. Além disso, a pressão exercida pelas atividades pecuaristas e madeireiras e a concentração de terras tende a influenciar negativamente o modo de vida e a natureza das atividades produtivas exercidas pelos assentados.

É possível observar que o processo de desmatamento já era consolidado nas cercanias de Boca do Acre (Figura 1-A) e Sena Madureira (Figura 1-B) no começo dos anos 2000. De 2000 até 2005 nota-se a intensificação dos ramais de penetração na porção extremo sul do PAE, que já se via as voltas com fazendas pecuaristas adentrando pela chamada “Vila do V” pela AC-020 (Figura 2-C), bem como a região que faz limite com o Acre, por Sena Madureira (Figura 2-D).

Até o final da década, o processo de desmatamento no ao redor do PAE se intensificou ainda mais. A partir de 2009 (Figura 3) podemos perceber como o desmatamento no PAE se intensifica por meio da abertura e adensamento dos ramais de penetração, que contribuem de maneira incisiva para o desmatamento (ver período de 2010 a 2013 no Gráfico 2), contabilizando, para o ano de 2014, um total de 138 km2 de áreas degradadas.

Figura 1 –Desmatamento Intenso e Consolidado no entorno de Boca do Acre – BR 319 (A) e Sena Madureira BR 364 (B)

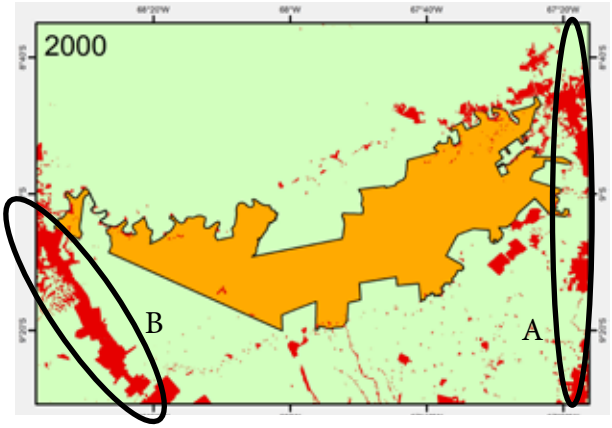
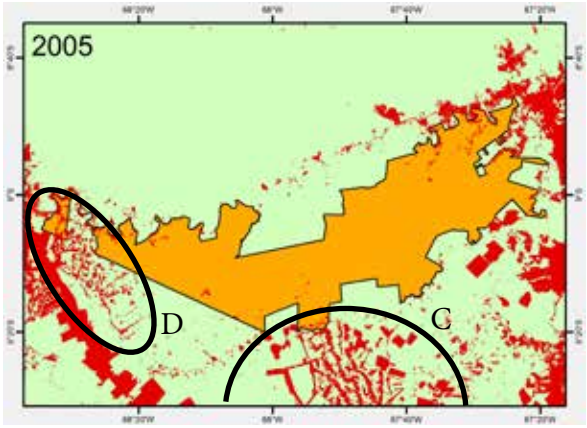


Figura 2 – Adensamento dos ramais de penetração e degradação florestal com vetores pela AC-020 (C) e proximidades de Sena Madureira (D)



As Figuras 3 e 4 demonstram o continuo adensamento dos ramais de penetração mostrados anteriormente nas Figuras 2-C e 2-D, porém, agora, com uma intensidade ainda maior. Uma questão muito relevante em relação às Figuras de 2009 e 2013 é a chegada contumaz dos vetores de pressão, expressos aqui pelo desmatamento dentro da área do PAE Antimary (Figura 3-E e Figura 4-F). A delimitação física do PAE não foi respeitada e nenhuma medida em relação a este avanço foi tomada.

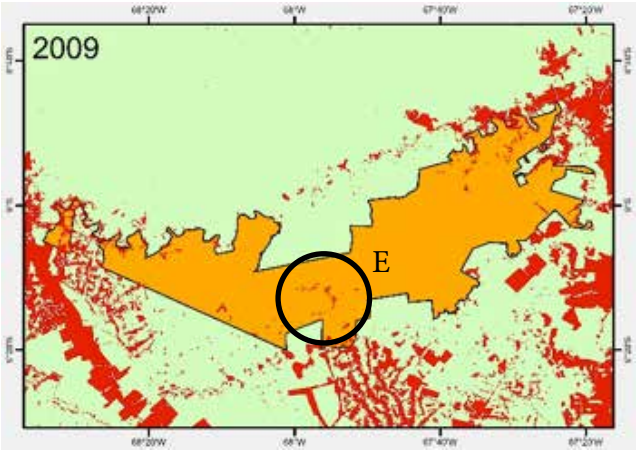


Figura 3 –Desmatamento Intenso e Consolidado no entorno de Boca do Acre – BR 319 (A) e Sena Madureira BR 364 (B)

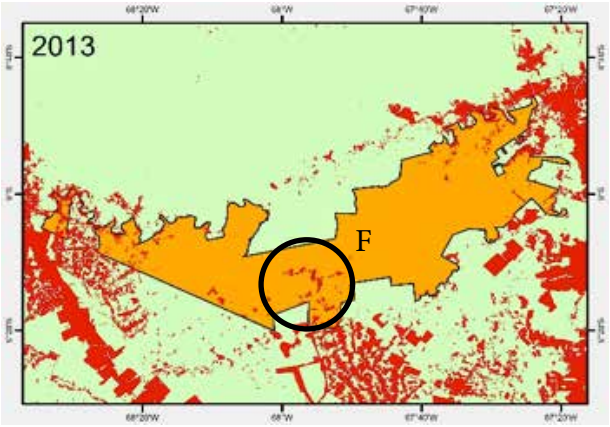


Figura 4 – Adensamento dos ramais de penetração e degradação florestal com vetores pela AC-020 (C) e proximidades de Sena Madureira (D)

As análises também demonstram que o ramal de penetração já está chegando em áreas de castanhais de uso tradicional dos moradores da Resex Arapixi.

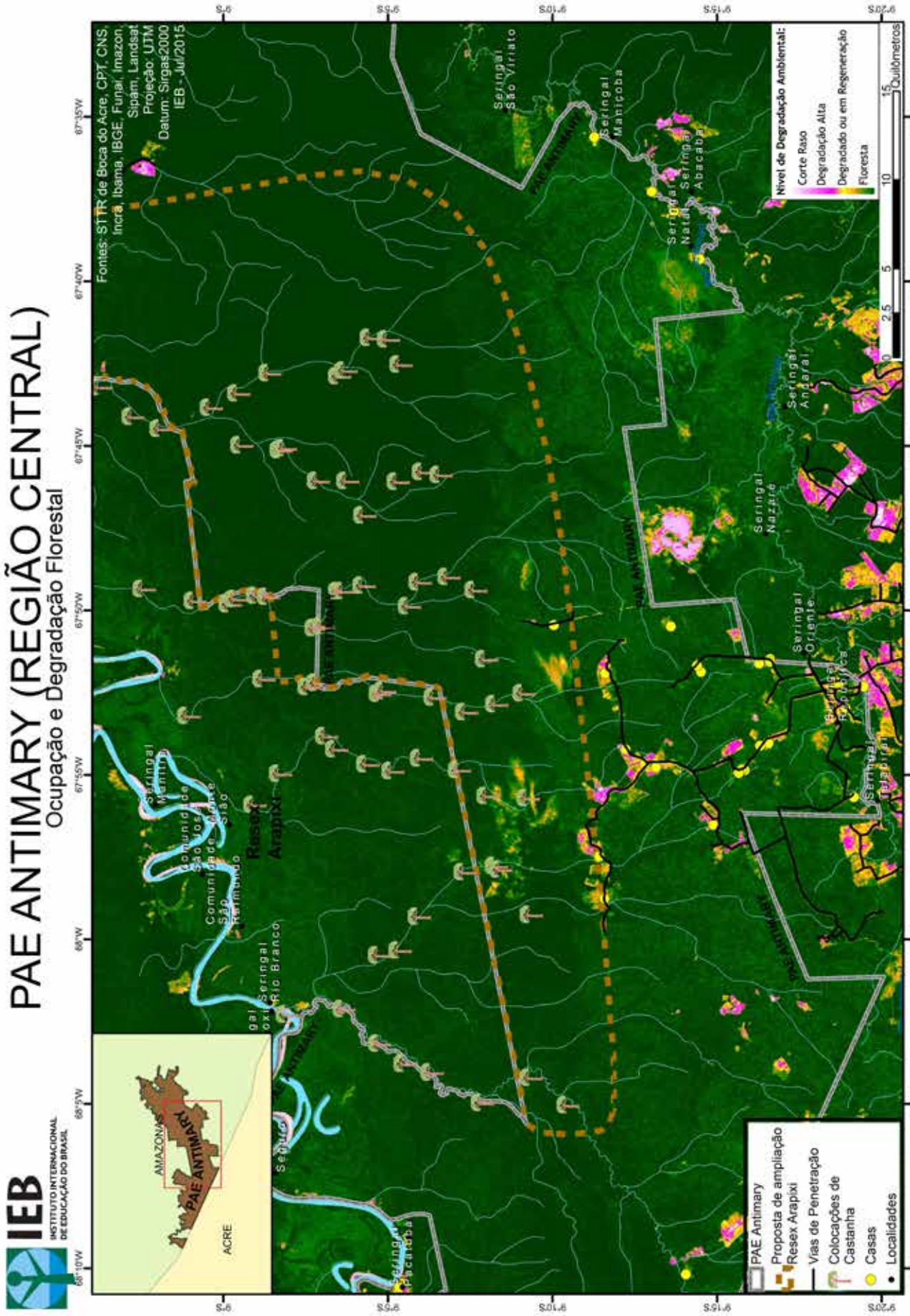
A maioria dos ramais de penetração madeireira do PAE não advêm das comunidades assentadas de perfil agroextrativista. Ocorrem principalmente nas proximidades das cidades de Boca do Acre e Sena Madureira. Entretanto, há na região central um enorme conjunto de ramais que caracterizam desmatamento em corte raso, seguido de queimada para implantação de pecuária extensiva por não-assentados. Esses ramais cruzam a área do PAE rumo à Resex Arapixi, chegando até castanhais que são tradicionalmente explorados pelos extrativistas daquela unidade.

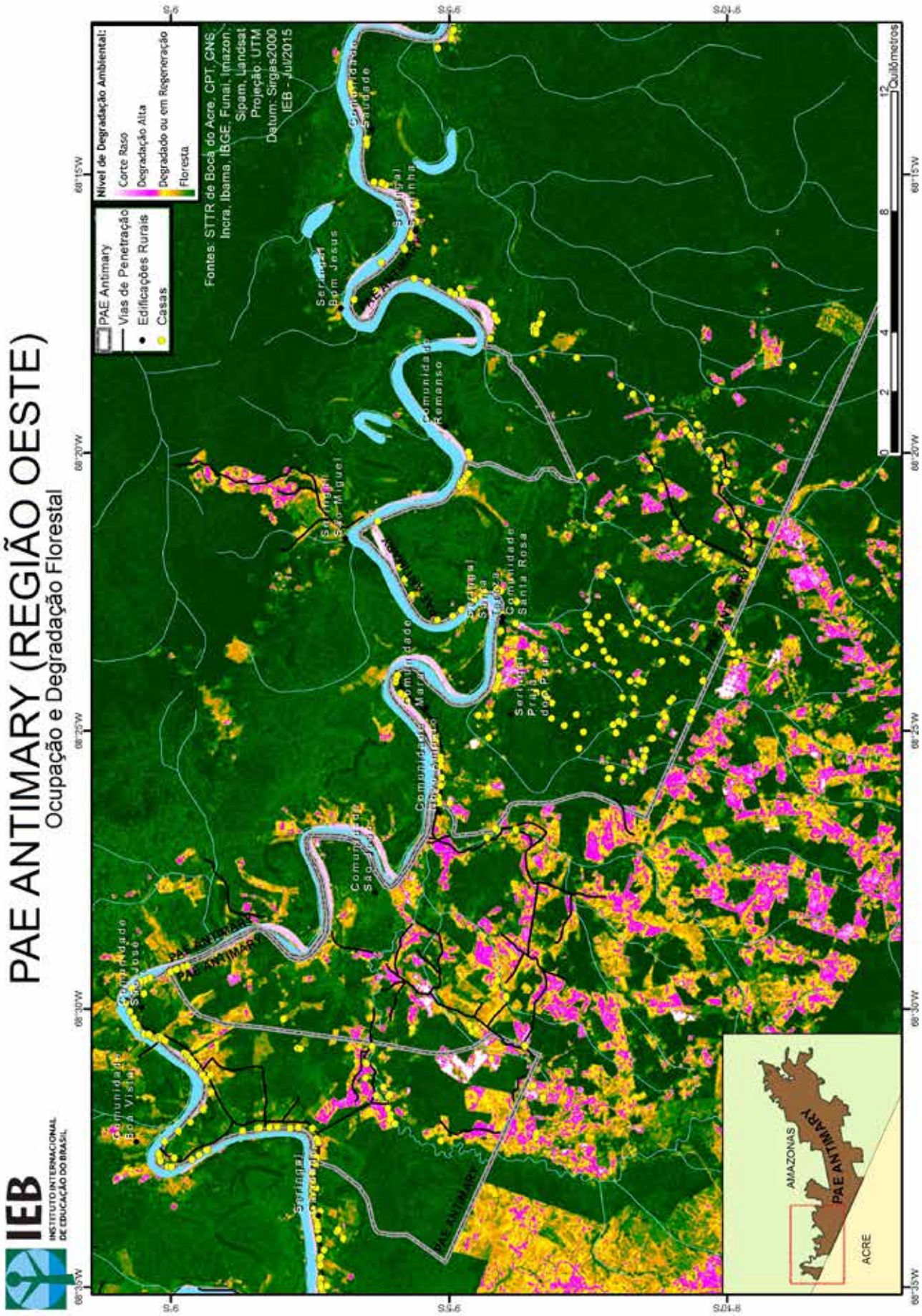
As comunidades extrativistas da Resex Arapixi reivindicam ampliação da unidade de conservação justamente nesta área dos castanhais. A estratégia é dificultar o avanço do desmatamento e garantir o meio de vida dessas comunidades que já se encontram na iminência de um conflito armado. A proposta de ampliação foi resultado de um trabalho de mapeamento das colocações de castanha da região, realizado pelos comunitários e pelo gestor da Resex. De acordo com o relatório, nas colocações de castanha mais ao sul algumas castanheiras já foram derrubadas.

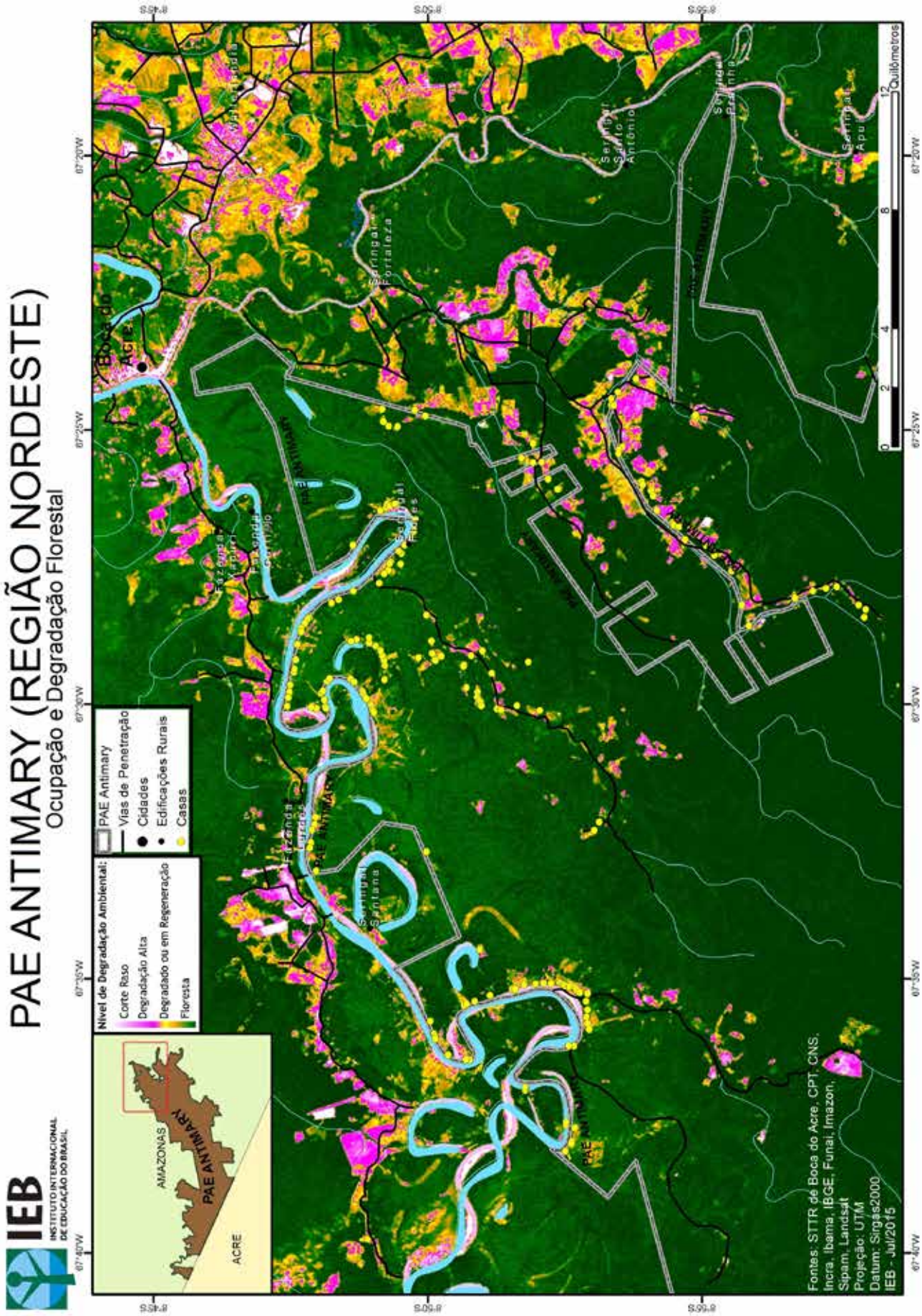
Na região nordeste vemos o surgimento gradual de pelo menos três vias de penetração. Nesses locais, o desmatamento começa a se caracterizar como predatório e voltado à pecuária extensiva. Essa região, por ser próxima a cidade de Boca do Acre, é suscetível a impactos ambientais gerados por moradores do entorno da sede municipal.

A região oeste, localizada próxima a cidade de Sena Madureira, nos mostra duas situações diversas. No extremo oeste há uma fração da área que está isolada do restante do PAE. Essa área não está ocupada por assentados. Um pouco mais a Leste há uma região fortemente habitada por assentados e ribeirinhos, mas também é onde surgiu um conflito caracterizado pela disputa pelas terras próximas ao seringal Redenção. A região foi ocupada por posseiros e pecuaristas sendo um foco de tensão social e conflitos.

O extremo oeste do PAE Antimary está muito próximo da cidade de Sena Madureira, região também bastante desmatada. Essa região sofre grande influência da BR-364, estrada que liga Rio Branco à Cruzeiro do Sul, passando pelo município de Sena Madureira. O desmatamento nesta região que margeia a BR 364 é extremamente elevado.


IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL
PAE ANTIMARY (REGIÃO CENTRAL)
Ocupação e Degradação Florestal
Fontes: STTR de Boca do Acre, CPT, CNS, Incra, Ibama, IBGE, Funai, Imazon, Sipam, Landsat
Projeção: UTM
Datum: Sirgas2000
IEB - Jul/2015
AMAZONAS
ACRE
PAE ANTIMARY
Resex Arapixi
Seringal Manicoba
Seringal São Viriato
Seringal Nazaré
Seringal Abacaba
Seringal Andaraí
Seringal Oriente
Seringal Rio Branco
Seringal Paranaba
Nível de Degradação Ambiental:
Corte Raso
Degradação Alta
Degradado ou em Regeneração
Floresta
Quilômetros
PAE Antimary
Proposta de ampliação Resex Arapixi
Vias de Penetração
Colocações de Castanha
Casas
Localidades


PAE ANTIMARY (REGIÃO OESTE)
Ocupação e Degradação Florestal
IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL
PAE Antimary
Vias de Penetração
Edificações Rurais
Casas
Nível de Degradação Ambiental:
Corte Raso
Degradação Alta
Degradado ou em Regeneração
Floresta
Fontes: STTR de Boca do Acre, CPT, CNS, Incra, Ibama, IBGE, Funai, Imazon, Sipam, Landsat
Projeção: UTM
Datum: Sirgas2000
IEB - Jul/2015
Comunidade Boa Vista
Comunidade São José
Comunidade Saudade
Comunidade Remanso
Comunidade Nova Antimary
Comunidade Santa Rosa
Seringal Bom Jesus
Seringal São Miguel
Seringal Saudade
Seringal Santa Rosa
Seringal Praia do Peixe
PAE ANTIMARY
AMAZONAS
ACRE
Quilômetros
0
2
4
8
12
68°35'W
68°30'W
68°25'W
68°20'W
68°15'W
9°S
9°55'S
9°10'S


IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL
PAE ANTIMARY (REGIÃO NORDESTE)
Ocupação e Degradação Florestal
Nível de Degradação Ambiental:
Corte Raso
Degradação Alta
Degradado ou em Regeneração
Floresta
PAE Antimary
Vias de Penetração
Cidades
Edificações Rurais
Casas
AMAZONAS
PAE ANTIMARY
ACRE
Boca do Acre
Quilômetros
Fontes: STTR de Boca do Acre, CPT, CNS, Incra, Ibama, IBGE, Funai, Imazon, Sipam, Landsat
Projeção: UTM
Datum: Sirgas2000
IEB - Jul/2015

Conclusão

O estudo apresenta um retrato contundente sobre o desmatamento e degradação florestal no PAE Antimary. Os dados indicam que 138 km² do assentamento já foram desmatados, o que representa 5,3% da área total, segundo a metodologia do Prodes. Ao utilizar o método NDFI conclui-se que o desmatamento do tipo corte raso representa 172 km² ou 6,6% da área total.

A análise histórica dos dados aponta como tendência o crescimento anual da área desmatada podendo, dentro de poucos anos, resultar na inviabilização do PAE enquanto unidade territorial destinada ao uso sustentável por parte de comunidades que ocupam tradicionalmente o território.

Os levantamentos de campo atestam que o desmatamento e a degradação florestal provocam a inviabilização econômica das famílias agroextrativistas e na sua marginalização social. Na região central do PAE, por exemplo, a produção de castanha já sofre uma queda de cerca de 50%, segundo depoimentos de famílias assentadas. Isso é uma consequência direta da expansão do desmatamento e da degradação florestal. Tendo sido criado para garantir a função social da terra, o PAE está se convertendo gradualmente em uma zona de expansão da pecuária por meio da ocupação ilegal de terras públicas.

Com 223 Km de ramais já abertos dentro da área do PAE as frentes de expansão do desmatamento já atingem os castanhais e áreas de uso comum por parte das comunidades da Resex Arapixi. Portanto, o impacto do desmatamento e ocupação ilegal do PAE já extrapola os limites do assentamento e atinge também o seu entorno. A falta de governança sobre o território deixou de ser um problema apenas do INCRA e afeta também a atuação do ICMBio, órgão responsável pela gestão da referida Resex.

A pressão coercitiva dos ocupantes ilegais, quase sempre pecuaristas, sobre as comunidades agroextrativistas e agricultores familiares cria uma situação de conflito latente na área do assentamento. Esta é uma fonte de preocupação das organizações da sociedade civil de Boca do Acre, já comunidade aos órgãos oficiais em diversas ocasiões.

Recomendações:

O governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA deve tomar medidas urgentes a fim de assumir o controle do processo de ocupação do PAE e sua governança segundo as diretrizes da política oficial de reforma agrária. A ausência do Estado e precariedade na atuação do INCRA é uma das principais causas da situação crítica em que se encontra o assentamento.

Medidas judiciais devem ser tomadas a fim de realizar a retirada daqueles ocupantes ilegais que não são clientes da reforma agrária. Essa medida é fundamental para que o PAE volte a cumprir a sua função social, o que justificou a sua criação.

A coordenação de esforços entre órgãos como o Incra, o Ibama e o ICMBio é necessária para se promover ações de comando e controle que possam coibir o desmatamento e a ocupação ilegal de terras dentro do PAE.

O monitoramento anual da situação do PAE é uma ação necessária para produzir insumos e subsídios para a tomada de decisão, ações de comando e controle e também para incrementar a governança sobre o território.

A direção do INCRA deve buscar um diálogo estreito com as organizações da sociedade civil de Boca do Acre, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), a fim de debater e definir um plano de ação para a "retomada" do PAE. O espaço do Fórum do Desenvolvimento Sustentável de Boca do Acre oferece uma oportunidade para a retomada desse diálogo sobre a situação do PAE e definição de ações prioritárias.

As medidas sugeridas acima são pré-condições para que o Incra possa implementar as políticas de apoio à reforma agrária destinadas a viabilizar economicamente e socialmente o PAE segundo a sua vocação original.

Foto: Leonardo Konrath/ICMBio

Referências

C.M. Souza Jr. et al. **Remote Sensing of Environment** n. 98 (329–343). 2005

Fonseca, A., Souza Jr., C., & Veríssimo, A. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal** (maio de 2015) SAD (p. 10). Belém: Imazon. 2015

INCRA. **Painel dos Assentamentos SR 15.** Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: **http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em 11/07/2015**

ICMBio. **Relatório do Mapeamento dos Castanhais da Resex Arapixi:** Avanço do Desmatamento ao sul da Resex Arapixi. Boca do Acre – AM. 2015.

Foto: Leonardo Konrath/ICMBio

Realização:

IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

www.iieb.org.br

Apoio:

FUNDO VALE

Parceria:

CPT

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
C N S

STTR de Boca Do Acre/AM

Imazon